Prefeitura de Cuiabá revitaliza Praça da República com novo piso e melhorias de acessibilidade

Primeira etapa das obras de recuperação do pavimento será concluída ainda este ano com investimento de R$ 1 milhão

A administração municipal de Cuiabá avança em seu cronograma de intervenções na Praça da República, localizada no coração do Centro Histórico. O projeto de revitalização iniciou sua primeira fase focado exclusivamente na recuperação e substituição do pavimento danificado, que comprometia a segurança e a acessibilidade dos visitantes e transeuntes. A conclusão desta etapa está prevista para dezembro.

A secretaria responsável pelos trabalhos identificou como prioridade imediata a recomposição do piso, visando restabelecer condições adequadas de circulação para pedestres e pessoas com mobilidade reduzida. O espaço, que funciona como via de passagem importante no centro histórico, receberá total atenção na implementação das melhorias.

De acordo com o planejamento executivo, o pavimento constituído por pedras portuguesas será removido e substituído por piso de concreto, mantendo as faixas laterais em pedra portuguesa para preservar características estéticas originais. A solução apresentada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional recebeu aprovação técnica, atestando que a intervenção mantém a qualidade arquitetônica e o valor histórico-cultural do local.

Durante a execução dos trabalhos, a área permanecerá isolada por estruturas temporárias, porém rotas alternativas serão preservadas para garantir o fluxo contínuo de pessoas pelo centro da cidade.

Este primeiro estágio representa parcela de um empreendimento maior de requalificação do espaço público. O investimento total ultrapassará R$ 1 milhão, englobando além da recuperação estrutural do pavimento, a revitalização da vegetação com plantio de novos arbustos e recomposição dos canteiros paisagísticos.

O projeto está alinhado às normas de proteção do patrimônio histórico nacional, respeitando as diretrizes estabelecidas pela legislação federal de preservação histórica e pelas resoluções específicas do órgão federal de patrimônio.